

Prefácio

Telma Pileggi Vinha

Como citar: VINHA, Telma Pileggi. Prefácio. *In:* MONTOYA, Adrian Oscar Dongo; FRANÇA, Carla Andressa Plácido Ribeiro de; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael. **Abrigo ou Casa?** Desenvolvimento moral de crianças e adolescentes abrigados. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 7-12.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-798-2.p7-12>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Desconheço escola ou instituição educativa que tem a intenção de formar sujeitos acríticos, submissos ou heterônomos. Pelo contrário, encontra-se presente o mesmo discurso e ideal de autonomia e ética em todas elas. Esses ideais também estão presentes no Abrigo Institucional em que a pesquisa relatada nesse livro foi realizada. Contudo, no cotidiano, esse Abrigo, assim como outros, enfrentava muitas dificuldades nas relações, na organização, funcionamento e estrutura que pareciam indicar que, apesar das boas intenções, favorecer a construção da moralidade no cotidiano de uma entidade educativa é algo muito complexo.

Antes de focarmos especificamente essa instituição, vale a pena dirigir nossos olhares para o perfil das crianças e adolescentes encontrados em abrigos realizado por Silva (2004). Esse estudo mostra que a maioria são meninos entre as idades de 7 a 15 anos, negros e pobres. Os principais motivos apontados para o abrigamento são a carência de recursos materiais da família; abandono pelos pais ou responsáveis e vivência de rua e exploração no trabalho infantil, tráfico ou mendicância. Mais de 80% das crianças e adolescentes abrigados têm família, sendo que a maior parte delas mantém vínculo com seus familiares. Apenas uma minoria das crianças encontradas nos abrigos, estava judicialmente em condição de ser adotada. Em relação ao tempo de permanência, metade das crianças e dos adolescentes vivia nas instituições há mais de dois anos, o que é um tempo considerado demasiadamente longo, sobretudo quando se considera o caráter de provisoriedade da medida de abrigo.

As crianças abrigadas são excluídas da convivência com suas famílias, o que acarreta um sofrimento decorrente da ruptura na filiação primeva e em suas histórias de vida: “flutuam entre vinculações efêmeras, sem referências de seu passado e sem pontos fixos e sólidos para seu assentamento no presente que lhes possam servir de guia ou de novas filia-

ções” (PARREIRA; JUSTO, 2005, p.175). Sofrem continuamente a dor da separação e insegurança quanto ao futuro. Estão assim em “condição de trânsito e passagem na qual vive, impeditiva de constituições de vínculos duradouros e sólidos que permitam uma suficiente estabilidade e segurança para a prospecção do mundo”.

Devido as suas características e necessidades, defende-se uma formação de alto nível para os profissionais que atuam com essas crianças, que contribua para a promoção de relações afetivas empáticas e respeitadas. Contudo, em geral, não é isso que tem se encontrado. Barros (2007) investigando as relações afetivas em casas abrigo relata a presença de “situações de hostilidade verbal e poucas ocorrências de carinho, palavras incentivadoras e contato físico. Ao mesmo tempo, notou-se que as crianças buscavam incessantemente a atenção, o colo e o carinho de outros adultos frequentadores do abrigo”. O autor preconiza o investimento na formação contínua desses profissionais.

Os documentos oficiais defendem a proposta de fazer do abrigo um porto seguro, mesmo considerando sua provisoriedade: “um posto de transição entre um direito negado – o de a criança viver plenamente o presente de seu presente – e a continuidade cidadã de seus cálculos de vida, sem os sobressaltos que comprometam, desde logo, seu futuro” (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008). Essa instituição deveria ser a estrutura estável e acolhedora para quem vive numa situação instável. Apesar do avanço legal presente nesses documentos que apontam uma perspectiva da desinstitucionalização, ainda falta muito para que essas políticas se efetivem, predominando ainda o assistencialismo.

Podemos considerar escolas e abrigos como contextos de desenvolvimento, constituintes das interações neles estabelecida e também constituídos por elas. Essas interações são permeadas por valores e significados.

Atentos à qualidade do ambiente sociomoral e, particularmente, das interações sociais, os autores realizam uma pesquisa laboriosa em um Abrigo Institucional que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco. Eles elaboraram um programa de diagnóstico e intervenção desenvolvido por aproximadamente três anos em uma instituição que teve

como objetivo contribuir para a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento moral dos abrigados.

Apesar dos desejos de autonomia e ética presentes nas intenções dos educadores que lá atuavam, por meio de um cuidadoso diagnóstico com observações e entrevistas, foi constatado pelos pesquisadores que ambiente sociomoral da instituição era predominantemente coercitivo, em que as relações eram principalmente pautadas no respeito unilateral e havia constantemente a imposição de regras e sanções, o que favorecia a formação de pessoas acrílicas e obedientes. Percebeu-se uma incoerência entre o que alguns adultos gostariam de ensinar e o que realmente ensinavam, por meio de suas condutas, dos procedimentos e das respostas que eram dadas diante das situações cotidianas. Pareciam desconhecer os valores que passavam de forma por meio do “currículo oculto”, no qual a educação moral ocorria em todos os espaços da instituição em que as pessoas conviviam, mas de modo irrefletido. Os profissionais não se davam conta de que eram “agentes morais” por meio de suas atitudes, julgamentos e decisões.

A partir do diagnóstico realizado em que identificou a presença de práticas coercitivas implícitas, os pesquisadores elaboraram e implantaram um programa de intervenção voltado para os profissionais da instituição e também para as crianças e jovens. A intervenção visou contribuir para a construção de um ambiente sociomoral cooperativo embasado no respeito mútuo e também favorecer a elaboração e o cumprimento consciente de regras de convivência.

Para tanto foram realizados encontros com os profissionais da instituição fazendo com que temas relacionados à moralidade fosse um dos componentes importantes da educação, sendo, dessa forma, alvo de debates, de reflexão e de formação. Assim, em conjunto com eles foram definidas as ações que seriam implementadas na instituição, tais como transformações no processo de elaboração e conteúdo das regras e sanções e na qualidade da comunicação.

Compreendendo a importância de se abrirem espaços para que haja a reflexão sobre as ações, sobre os princípios e as normas, sobre os valores e sentimentos que os movem, foram também criados espaços temporais em que os pesquisadores, juntamente com as crianças e jovens abrigados,

trabalharam a moralidade e a convivência como objeto de reflexão. Nesses momentos foram discutidos temas como regras de convivência, expressão de sentimentos, respeito a si e ao outro, alteridade, cooperação, relações de grupo, resolução de conflito e diálogo.

Os autores fundamentam sua proposta na teoria construtivista piagetiana que defende a cooperação, as relações de respeito mútuo, a vida social entre as próprias crianças e o autogoverno como necessários para favorecer o desenvolvimento moral. De acordo com essa teoria, o emprego da autoridade do educador, as lições de moral, os sistemas de encorajamentos e as sanções punitivas incentivam a moral da obediência.

Evidencia-se ao longo da obra a busca em favorecer uma convivência mais democrática, na qual o espaço é estruturado para que o respeito mútuo prevaleça nas relações entre a equipe pedagógica e entre os abrigados, o autoritarismo dos adultos seja minimizado e existam oportunidades para que os profissionais e as crianças e jovens exponham suas ideias, necessidades e especificidades, vivenciando relações de cooperação. Apesar das necessidades prementes de mudanças, os autores discutem as resistências e dificuldades de se estabelecer um ambiente sociomoral cooperativo no âmbito educacional. Mostram quão imprescindível é que, a organização da instituição e a qualidade das relações sociais sejam coerentes com os objetivos que se pretende atingir e com as especificidades de desenvolvimento da criança e jovem. Expõem ainda que, no dia a dia de uma instituição educativa, ocorre a vivência de constantes contradições entre o que se deseja e o que realmente se pratica.

Redigida de maneira clara, trazendo situações concretas e suscitando inúmeras reflexões, abordam estas e outras questões referentes a busca por transformar qualitativamente um ambiente institucional. Um livro que demonstra os esforços de pesquisadores para criar oportunidades para que essas crianças e jovens possam se sentir pertencentes e valorizadas, aprendendo a viver em uma sociedade democrática que envolve o reconhecimento do outro, a coordenação pontos de vista distintos, a administração não violenta de conflitos, o estabelecimento de relações e a percepção da necessidade das regras para se viver bem.

Professora Doutora Telma Pileggi Vinha

REFERÊNCIAS

BARROS, R. C; FIAMENGHI JR., G. A Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.12, n.5, p.1267-1276, 2007.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008.

PARREIRA, S. M. P.; JUSTO, J. S. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 175-180, mai/ago. 2005.

SILVA, E. R. A. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5481>. Acesso em: 15 jul. 2015.

